

Arqueologia e História Urbana: anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá Colonial

Archaeology and Urban History: research Notes on the island of Itamaracá Colonial

Josue Lopes dos Santos*
josue.lopeshistoria@gmail.com

Ana Lucia do Nascimento Oliveira**
ananascimentoufrpe@gmail.com

Resumo: O objetivo principal deste texto é analisar o processo de construção do espaço colonial, a partir da evolução urbana do contexto citadino, especialmente na área que compunha a Ilha de Itamaracá que foi um dos primeiros núcleos de povoamento em Pernambuco. Para tal, buscamos apresentar anotações de pesquisa histórica e arqueológica realizadas no espaço da Ilha, em especial na atual Vila Velha, antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição. De maneira geral, os dados discutidos neste artigo são fruto de estudos realizados pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, desenvolvidos no projeto de Pesquisa “Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano”, financiado pelo CNPq entre os anos de 2006 e 2008.

Palavras-chave: Ilha de Itamaracá, Vila Velha, História urbana.

Abstract: *The aim of this paper is to analyze the process of construction of colonial space, from the urban evolution of the city context, especially in the area that made up the Itamaracá which was one of the first population centers in Pernambuco. To this end, we seek to present historical and archaeological research notes held within the island, especially in the current Old Town, Old Town of Our Lady. Overall, the data discussed in this article are the result of studies conducted by the Archaeology Laboratory at the Federal Rural University of Pernambuco, developed in the research project "Underwater Heritage Coast Pernambucano" financed by CNPq between the years 2006 and 2008.*

Keywords: *Itamaracá island, Old Town, Urban history*

* Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

** Professora Associada II da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Bolsista CAPES-Estágio Sênior no Exterior. Pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas...
(Ítalo Calvino – *As cidades invisíveis*)

Em 1534, D. João III dividiu o território brasileiro em capitanias hereditárias e, neste contexto, Pero Lopes de Sousa recebeu um destes lotes de terra que iam desde o canal de Santa Cruz, até a baía da Traição. Esta área englobava a Ilha de Itamaracá que acabou por abrigar a sede da capitania homônima.¹ Apesar do *status* reservado ao local, devido a sua importante função para o sucesso do negócio colonial, a capitania de Itamaracá não alcançou desenvolvimento comparável ao de suas vizinhas do norte que possuíam situações semelhantes de porto com comércio ativo e centro político autônomo. Essas problemáticas são comumente atribuídas pelos historiadores à falta de perícia dos primeiros donatários da capitania, que muitas vezes não assumiam de fato a administração do local. (BARBALHO, 2009)

Estes fatores de carência administrativa e estagnação econômica são atribuídos por historiadores como Manuel Correia de Andrade à imperícia de seus principais donatários, que aparentemente não souberam lidar com as questões relativas à administração de uma capitania independente, ou eram ausentes da governança. Desta forma, lentamente, a capitania de Itamaracá perdeu território e influência para as Capitanias da Paraíba e Pernambuco. Como ressalta Manuel Correia de Andrade:

A capitania de Itamaracá, com donatários sempre ausentes e carentes de recursos financeiros, não conseguiu se desenvolver, permanecendo durante décadas a depender de Pernambuco, embora independente do ponto de vista político-administrativo. (ANDRADE, 1999. p, 59)

Apesar disto, por abrigar a sede de uma capitania independente, a Ilha de Itamaracá se tornou ponto estratégico para o litoral norte do Brasil. Todo o seu desenvolvimento estava voltado para viabilizar a circulação comercial, a partir da locação de portos e ancoradouros em locais estratégicos; estruturar a vila, através da organização de prédios administrativos, religiosos e residenciais; e a consolidação de um sistema de defesa eficiente, que se deu através da construção de fortificações em pontos prioritários.

Buscamos, com este artigo, apresentar resultados de pesquisas arqueológicas realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco em relação ao panorama histórico e arqueológico na Ilha de Itamaracá colonial, com o objetivo de interligar estes dois contextos. Na ilha foram evidenciados vestígios arqueológicos como estruturas de construções e fragmentos de objetos utilitários, dentre outros, que demonstram uma grande dinâmica de ocupação do espaço no período estudado.

O recorte escolhido para ser apresentado aqui versa sobre a relação entre arqueologia e história urbana ao analisar a evolução do espaço citadino na Ilha de Itamaracá, especialmente na Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila Velha, durante os primeiros séculos do período colonial.

Na porção sul da Ilha de Itamaracá, às margens do canal de Santa Cruz no topo de um morro íngreme, o que facilitava a estrutura de defesa acastelada, e próxima ao porto, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição ainda nos primeiros anos do século XVI, em data incerta (NEVES, 2009). Foi nesta vila que se fixou a administração da Capitania de

¹ A Ilha de Itamaracá separa-se do continente pelo canal de Santa Cruz. As margens deste, no próprio espaço da ilha, no alto de uma colina elevada, seguindo o padrão de ocupação da época, é que foi fundada a vila de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi sede da capitania de Itamaracá por muito tempo.

Itamaracá. Apesar de sua importância evidente, devido ao seu *status* de centro administrativo de uma capitania, o seu desenvolvimento neste século não se comparou ao de outras vilas fundadas na mesma época. A vila de Olinda, por exemplo, desde sua fundação experimentou um exponencial crescimento, que só foi estagnado com a invasão holandesa no século XVII, quando o local foi incendiado.

No começo do século XVI, quando se deu início o povoamento da região, a Ilha de Itamaracá apresentou vários atrativos aos europeus: boas condições de atracagem, rios navegáveis, áreas de manguezal e topografia favorável para ocupação dentro dos padrões urbanísticos da época. Um dos fatores que, por certo, mais atraiu os colonizadores para o local teria sido a característica insular em que a vila de Conceição estava inserida, sendo possível garantir situações de confinamento e isolamento que se constituíam em defesa natural, formando condições ideais para a instalação de um núcleo de povoamento.

Marcos Albuquerque resalta que nas proximidades da Ilha de Itamaracá, no litoral norte do atual estado de Pernambuco, se instalaram as primeiras unidades funcionais integradas à proposta de “colonizar” o Brasil. Nesta área existia um porto muito freqüentado já nas primeiras décadas do século XVI. Os estudos de Albuquerque apontam a feitoria de Cristovão Jacques, construída por volta de 1516 como sendo um dos primeiros núcleos de povoamento da colônia (ALBUQUERQUE, 1993). Este reduto teria sido construído às margens do canal de Santa Cruz. Nesta região, também existia um porto denominado Porto de Pernambuco, posteriormente denominada “barra de Itamaracá” uma das principais rotas para escoamento da exploração local nas primeiras décadas desse século (ALBUQUERQUE, 1993).

Neste contexto é que se dá o início do processo de ocupação da região, tanto na porção continental, quanto na porção insular foram se organizando núcleos de povoamento. A importância da área pode ser percebida quando a Ilha de Itamaracá é escolhida para sediar a Capitania homônima em 1535.

Pero de Magalhães Gandavo, em 1576, ao analisar a Capitania de Itamaracá na sua obra *História da Província de Santa Cruz*, já argumenta sobre a importância e antiguidade deste local. Ao realizar um histórico de todas as capitanias no momento, o autor afirma que “a primeira e mais antiga se chama Tamaracá a qual tomou este nome de uma ilha pequena onde sua povoação está situada.” (GANDAVO, 2008, p.76)

A região, de maneira geral, pode ser considerada atualmente como um grande sítio arqueológico. Suas ruas de barro batido evidenciam a cada temporada uma nova gama de vestígios materiais de outrora, desde garrafas de Grés, faianças, cerâmicas, cachimbos e tantos outros testemunhos que remetem a diversos momentos da história local, especialmente o período colonial.



Figura 1—Garrafas de Grés evidenciadas durante visita técnica de campo a Vila Velha no ano de 2008. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Arquivo: Josué Lopes



Figura 2—Vestígios arqueológicos diversos reunidos por moradores locais evidenciados em época de chuva em Vila Velha, a maioria dos fragmentos remetem ao período colonial. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foto Josué Lopes

Como já foi mencionamos a vila de Nossa Senhora da Conceição tem data de fundação incerta. Manuel Correia de Andrade afirma que esta teria sido apenas erguida à condição de vila na década de 1540, sendo que já deveria existir enquanto povoado desde a década de 1520 (ANDRADE, 1999, p.56). André Lemoine Neves aponta sobre as especificidades e incertezas que envolvem a fundação da Vila, que:

Fundada em data incerta, entre 1535 e 1547, a sede da capitania de Itamaracá foi, durante pelo menos três décadas, o único núcleo urbano surgido naquela capitania. Sua localização e elementos constituintes parecem indicar a origem inequívoca de um núcleo urbano português: erguida no ponto mais alto da ilha, com vistas para o porto e a entrada do canal de Santa Cruz, possui uma conformação pautada nas necessidades de proteção da época. (NEVES, 2006, p.4)

A vila de Nossa Senhora da Conceição era um espaço fechado, definido e protegido por muralhas e posições fortificadas. No topo de uma colina sinuosa é que estavam resguardadas todas as atividades burocráticas, administrativas e religiosas da Capitania de Itamaracá, no espaço confinado pelas muralhas da vila de Conceição. No século XVII, margeando a vila,

não mais no alto do morro, estavam localizados engenhos, armazéns, fornos de cal e o porto.

Esta dicotomia estrutural entre a cidade alta e a cidade baixa favorecia ainda uma separação ideológica entre o poder administrativo junto com as demais atividades intelectuais e as atividades ligadas ao trabalho braçal. Não sendo este um modelo exclusivo para a região. Esta divisão estrutural deveria hierarquizar o espaço citadino, legitimando, no poder, os que ocupavam o alto, ao mesmo tempo em que subordinava simbolicamente os que ocupavam a parte baixa.

Este padrão estabelecido a partir da divisão física da disposição citadina em patamares hierárquicos estava relacionado aos princípios do urbanismo de origem português e também demonstrava uma intenção em resguardar o território com defesa natural. Salvador e Olinda, cidades que tem origens também no início do século XVI, podem ser exemplos de outras áreas onde este princípio urbano foi aplicado. (COSTA, 2007)

Seja através do discurso dos cronistas e viajantes ou através da análise das iconografias, além dos documentos oficiais, é possível perceber a importância da região da Ilha de Itamaracá no contexto da América portuguesa, pois o local foi representado em diversas imagens e relatos desde o século XVI, atestando sua relevância no cenário colonial. O trato com estas iconografias, porém, requer uma especial atenção no sentido de observar as singularidades de cada uma, pois algumas, tendo sido produzidas na mesma época, podem representar situações diferentes sobre o mesmo objeto, atestando a ausência de um método convencional e universal para a produção das mesmas (MEDEIROS, 2001).

A disposição dos edifícios, ângulo de visão do desenho, cores, vegetação, legendas e outros fatores atestam a subjetividade do autor em realizar a imagem

representando a sua impressão sobre aquele espaço. Levando o historiador, hoje, a ter uma atenção especial ao lidar com este tipo de fonte. No período colonial, muitas imagens foram produzidas por pessoas que, sequer estiveram no Brasil e retrataram o que ouviam ou o que liam sobre o novo mundo.

A partir da análise iconográfica, é possível observar diversos aspectos da morfologia urbana da vila de Nossa Senhora da Conceição, como, por exemplo, sua malha urbana em forma de “L”, ou as muralhas que deveriam circundar a vila desde fins do século XVI, resguardando o local da ameaça estrangeira. Se analisarmos o momento de intensificação das investidas holandesas visando conquistar este espaço, será possível observar a eficácia do esquema já que foram várias as tentativas de se apoderar daquele território até o êxito em 1631. O livro

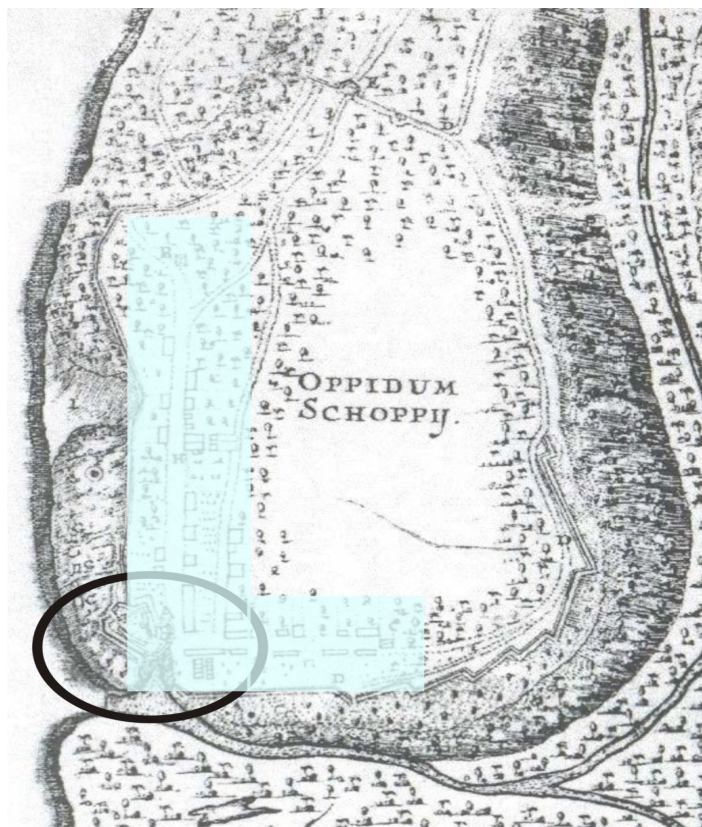


Figura 3—Insula Tamarica (Oppidum Schoppj). 1631. Detalhe. Circunscrita está a área com defesa prioritária na entrada da vila, onde existia a igreja matriz que evoca também a Nossa Senhora da Conceição, Além disto, em azul, está sinalizado o arruado principal da vila, como mencionado organizado em forma de ‘L’. [Grifo nosso]. **Fonte:** <<http://www.atlasofmutualheritage.nl>> Acesso em: 13/03/2012.

de Gaspar Barlaeus, por exemplo, mostra uma imagem que define pormenores da organização urbana da vila de Conceição. É possível observar a distribuição dos edifícios em “L”, confluindo para a igreja matriz fortalecida, além das muralhas ao redor da vila.²

Outra importante iconografia sobre a vila de Nossa Senhora da Conceição trata de um desenho, com vista a voo de pássaro, da vila com detalhe sobre a localização das principais instituições administrativas e pontos de defesa do local em 1630, ano de produção do documento, provavelmente para atualizar a Coroa acerca da militarização do local. O autor da imagem não foi identificado, mas a riqueza de detalhes do desenho chama a atenção:

Uma análise mais apurada do desenho evidencia a relação da vila de Nossa Senhora da Conceição com o canal de Santa Cruz, estando a vila



Figura 4—Autor não identificado, Stadt Nostre Signora de Conception. 1630. Marcações nossas. 1) Entrada fortificada. 2) Resquícios de muralhas. 3) Entrada principal fortificada. **Fonte:** REIS FILHO, 2002, p.17)

² Durante o período de dominação holandesa na Vila de Nossa Senhora da Conceição, a mesma passou a se chamar “Oppidum Schoppj”, ou Vila Schoppj, este era o sobrenome do general holandês que comandou a ofensiva que tomou a Vila de Conceição, o nome do local, durante este período, passou a fazer referência direta a ele.

localizada às suas margens com um caminho ligando o canal ao principal acesso ao interior desta. Existem assinaladas duas estruturas que remontam a igrejas e, provavelmente relacionadas às igrejas de Nossa Senhora da Conceição, matriz, e a Santa Casa de Misericórdia. Outro aspecto que chama a atenção no desenho é a pontuação das poucas construções locais, dentro e fora da vila, prováveis casas de colonos, particulares ou prédios administrativos.

Continuando a análise do desenho, este se torna de grande importância para o entendimento da militarização da vila, o local por sua própria localização topográfica, se constituía de forma acastelada, remontando a cidades medievais. As muralhas identificadas em diversas imagens da época são visualizadas nesta imagem e limitam a área plana e habitada da vila das sinuosas encostas da colina. Esses muros encerram em seu interior a administração e principais residências da vila e devem ter sido construídos no momento em que foi constatada a ameaça de uma invasão pelos Países Baixos ao norte da América portuguesa. Na vila de Nossa Senhora da Conceição, após ter sido construída a paliçada, somente se adentraria através de portões também protegidos e fortificados, que podem ser visualizados na imagem em questão nas extremidades norte e sul da vila. Pela sua riqueza de detalhes militares, este mapa se constitui em uma das mais importantes iconografias em que se é representada a vila de Conceição na época.

Pereira da Costa ao analisar a vila de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá do século XVII escreve que

A vila de Conceição, capital da capitania de Itamaracá, era próspera, e de uma certa vida ativa e econômica. Constava de mais de cem prédios, tinha duas igrejas, a matriz sob a invocação de N. S. da Conceição e de N. S. do Rosário, dos homens pretos, com a sua

competente confraria, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia com a sua respectiva capela, e as casas de residência do Capitão-Mor governador, da câmara e cadeia da alfândega e da provedoria da fazenda real com a do seu competente almoxarifado. (COSTA, 1952, p.542)

A descrição de Pereira da Costa atesta a relevância da vila de Conceição enquanto sede de uma Capitania autônoma. Como tal, esta deveria ser provida com principais unidades de governança e religiosas locais, tais como: Casa do Capitão-Mor, Casa de Câmara e Cadeia, Provedoria da Fazenda, entre outros. Mesmo que a partir de fins do século XVII, a Vila de Goiana tenha, aos poucos, tomada para si a administração da capitania.

Sobre as unidades religiosas no local destacamos a igreja de Nossa Senhora da Conceição, no



Figura 5—Vestígios de construção, provavelmente pertencentes a Casa de Câmara e Cadeia identificados na atual Vila Velha. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foto: Josué Lopes

ponto de confluência da malha urbana da Vila, que regeu as atividades religiosas na Capitania de Itamaracá por um longo período, como igreja matriz (SOARES, 2009). Sua fundação tem data incerta, sendo a bandeira religiosa ponto nodal no processo de ocupação e exploração do espaço brasileiro, então, o mais provável é que a Igreja tenha iniciado suas atividades já no momento de fundação da própria vila na década de 1530.

Na sua obra *História do Brasil*, Frei Vicente do Salvador já apresenta notícias sobre a situação do poder eclesiástico na Ilha de Itamaracá do início do século XVII. Segundo as constatações do frei, existia uma Santa Casa de Misericórdia na vila de Conceição exercendo suas atividades plenamente. Segundo ele, a Vila tinha “uma igreja matriz do mesmo título e outra da Santa Misericórdia.” (SALVADOR, 2009, p.94). A igreja da Misericórdia estaria localizada em área mais afastada da praça central e da igreja matriz, sendo que ainda dentro dos limites da local, de acordo com os resultados de pesquisas arqueológicas realizadas na vila em 1985. (BARTHEL, 2007).

Diogo de Campos Moreno, na ocasião da elaboração de relatório à Coroa portuguesa sobre o estado das Capitânicas no Brasil, em 1612, também descreve a situação em que se encontrava o poder eclesiástico na vila de Nossa Senhora da Conceição. Conforme o que ele dissera, na época de sua visita à vila, já estavam funcionando a matriz de Nossa Senhora da Conceição e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. (MORENO, 1984).

O espaço da Ilha de Itamaracá foi invadido e ocupado pelos holandeses a partir de 1631, sendo efetivada a conquista do local em 1633. Após várias investidas das armadas inimigas à vila de Nossa Senhora da Conceição, pequena fortaleza, não resistiu à ação do coronel holandês Sigimund Schopij, então, dá-se início ao período de ocupação holandesa na Ilha. (SOARES, 2009).

Ao que parece, a Ilha de Itamaracá gozava de grande prestígio por parte do alto comando holandês. Por certo tempo, no início da administração de Maurício de Nassau, cogitou-se inclusive a transferência da sede administrativa do governo para a vila de Nossa Senhora da Conceição. Gaspar Barlaeus escreveu a *História dos Feitos recentemente praticados*

durante oito anos no Brasil durante a administração de Maurício de Nassau, na sua obra, lê-se sobre Itamaracá:

(...) era a ilha de Itamaracá grandemente louvada e recomendada na Holanda entre os próceres do império batavo-brasileiro. Já se falava com insistência em transferir para ela a sede do governo. Significaram-lhes, porém, as desvantagens e a inutilidade daquela mudança. (BARLAEUS, 1980, p. 54)

Barlaeus segue o documento explicando que a Ilha de Itamaracá, apesar de gozar deste prestígio com os holandeses, tinha uma estrutura urbana que não apresentava condições de sediar o governo da WIC (Companhia das Índias ocidentais), pois o porto já não apresentava condições propícias para suportar o elevado fluxo de embarcações, além da questão defensiva, também defasada em Itamaracá se comparado ao Recife. Esta foi a conclusão a que chegou a comitiva organizada por Nassau para avaliar a possibilidade da mudança. Diante das argumentações, foi mantida a sede do governo no Recife que apresentava inclusive, características topográficas mais condizentes com a realidade nos Países Baixos.

A Ilha de Itamaracá, enquanto sede de uma capitania autônoma, era provida das principais instituições que garantiam a governança no local, prédios administrativos, religiosos e militares constituíam-se nas macroestruturas administrativas que eram subsidiadas pela atividade portuária na região, mais relevante ainda já que o local é uma ilha.

Vale ressaltar que nossa abordagem em relação ao tema esteve articulada a uma perspectiva multidisciplinar. Para construir nossos argumentos, além da história, lançamos mão da geografia e da arqueologia principalmente. Buscamos compreender aquele espaço dentro de uma perspectiva geográfica bem definida, onde o meio físico determinou as principais escolhas relacionadas às atividades

portuárias, a construção e desenvolvimento de centros urbanos e a localização das fortalezas. Neste sentido, a arqueologia nos forneceu subsídios que contribuíram sobremaneira a construção da nossa narrativa, observamos, a partir da análise dos dados, que o espaço urbano se desenvolveu dentro das perspectivas de

ocupação visando a defesa, modelo este transportado pelos colonizadores que ali se instalaram e que necessitavam construir um lugar para controle de entrada e saída de mercadorias e principalmente resguardar o espaço de prováveis invasores nestas novas terras.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, 2009, p 37-47.

_____. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, Vol. 7, 1993, p. 99-123.

_____; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco*. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorres, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999.

BARBALHO, Luciana de Carvalho. *Capitania de Itamaracá - Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685 – 1742)*. Paraíba, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980. [1647]

BARTHEL, Stela. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco*. Recife, Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

COSTA, Carlos Alberto Santos. *A Influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)*. Recife, Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. Vols. 1 e 2. (Versão digital – CD ROM).

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Editora Hedra, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII). In: OLIVEIRA, Carla Mary; MEDEIROS, Ricardo Pinto (orgs.). *Novos Olhares sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NASCIMENTO, Ana; LOPES, Josué. A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (Séculos XVI e XVII). Contribuição para a história do litoral norte de Pernambuco, Brasil. *Cadernos do Lepaarq*.v. XI, n. 21, 2014, p. 221-246.

- LOPES, Josué. *Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os anos de 1530 e 1630: Articulações inter-regionais e internacionais*. Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.
- MEDEIROS, Guilherme de Souza. *Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil* (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Recife, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2001.
- MELO, Taciana Santiago. *Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco*. In. I Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Anais. Paraty: 2011, p. 1-16.
- MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes do Brasil. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. v. LVII, 1984, p 185-247. [1609]
- NASCIMENTO, Ana. LUNA, Suely. LOPES, Josué. Na rota das navegações: análise do transporte marítimo na ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII. *Clio – Série arqueológica*. v. 25, n.2, 2010, p 1-17.
- NEVES, André Lemoine. *A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*. Recife, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- NEVES, André Lemoine. Vila (velha) de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá: História e morfologia urbana. in: I Encontro Nordestino de História Colonial. 2006, *Anais*. João Pessoa, p. 1-15.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil (1500 - 1627)*. Curitiba: JUARÁ, 2009.
- SOARES, André Luis Gomes. *Diagnóstico dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação*. Recife, (Dissertação – Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.
- TEIXEIRA, Manuel. A História urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes. *Revista Urbanismo 1 de origem portuguesa*. v.1, 1999, p. 1-17).

Submissão: 30/05/2015

Aceite: 26/10/2015